

A CONSTITUINTE SOB O ASSOMBRO DA CASERNA: o medo como estratégia de controle na transição democrática

The Constituent Assembly under the haunt of the barrel: fear as
a control strategy in the democratic transition

Giscard Farias Agra⁴⁹

Resumo: Analisam-se algumas estratégias utilizadas pelas Forças Armadas para limitar os avanços democráticos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Destaca-se o uso do medo como elemento de pressão sobre os constituintes, construído por meio de falas oriundas dos Ministros militares, especialmente o general Leônidas Pires Gonçalves, quando criticavam e se opunham frontalmente a algumas posições assumidas por parlamentares. Tais falas faziam crescer na sociedade e circular pela imprensa um clima de constante insegurança quanto a manutenção e consolidação da recente democracia, repercutindo na própria Assembleia, levando a recuos em algumas pautas e à manutenção no texto constitucional de alguns resquícios autoritários.

Palavras-chave: Constituição de 1988; democracia; lobby militar.

Abstract: We intend to analyze some strategies used by the Armed Forces to limit the democratic advances of the National Constituent Assembly of 1987-1988. The usage of fear as an element of pressure on constituents stands out, constructed through speeches coming from military ministers, especially gen. Leonidas Pires Gonçalves, when they criticized and directly opposed to some positions taken by parliamentarians. Such statements caused a constant climate of insecurity regarding the consolidation of the recent democracy to grow in society and through the press, having repercussions on the Assembly itself, leading to setbacks on some agendas and to the maintenance of some authoritarian remnants in the constitutional text.

Keywords: Constitution of 1988; democracy; military lobby.

⁴⁹ Doutor e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui ainda licenciatura plena e bacharelado em História, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e bacharelado em Direito, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). É Professor Associado do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) desde 2009. Coordena o Grupo de Pesquisas Perspectivas Históricas do Pensamento Jurídico (CNPQ/UFPB). Endereço do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2104494756719443>. E-mail: gfgara@yahoo.com.br.



Introdução

Na audiência pública realizada em 31 de agosto de 1987, diante da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gisele Mendonça, proferia uma fala aos parlamentares em que defendia a necessidade de se aprovar uma Emenda Popular que afastasse as Forças Armadas da vida política e institucional do Brasil.

Um dos interlocutores de Mendonça foi o constituinte Edmilson José Valentim dos Santos (PcdoB-RJ), que iniciou sua fala relatando que minutos antes havia sido perguntado por um colega constituinte sobre qual assunto a conferencista estava falando. “Respondi-lhe que era sobre as Forças Armadas. Disse ele, então: ‘Este é um assunto perigoso. Deixe-me ir embora’”⁵⁰.

‘ Tal evento ficou registrado nas Atas da Assembleia Nacional Constituinte e, tenha ou não de fato ocorrido do modo como foi narrado por Edmilson Santos, ele representa um estado de coisas que parece ter atravessado todo o momento constituinte: o medo constante de o governo civil mexer com direitos e poderes caros às Forças Armadas.

A Constituição Federal de 1988 simbolizou a transição do regime autoritário instaurado pelo golpe de 1964 para uma nova ordem democrática. Após duas décadas de repressão, durante as quais o direito foi instrumentalizado para legitimar violações de direitos fundamentais, a promulgação da nova Carta marcou o restabelecimento da ordem democrática.

Elaborada por meio da Assembleia Nacional Constituinte instalada em fevereiro de 1987 e concluída em setembro de 1988, a Constituição condensou e refletiu intensos embates ideológicos, políticos e sociais. Seu texto resultou de múltiplas disputas entre grupos com interesses divergentes, expressando tanto aspirações democráticas, quanto a preservação de privilégios vinculados ao regime anterior.

Tal entulho autoritário no texto constitucional em muito decorreu de uma intensa articulação que as Forças Armadas souberam estabelecer para pressionar os

⁵⁰ Brasil. Ata da 22ª reunião da Comissão de Sistematização. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte** (Suplemento B). Brasília, 1987, p. 428.



parlamentares e conduzir a Constituinte na preservação de seus privilégios e sua forma própria de enxergar o mundo. Além do *lobby* organizado pelos militares, outro fator influente foi o clima de insegurança institucional, alimentado por críticas e ameaças públicas feitas pelos ministros militares e amplificado pela imprensa.

No presente artigo, pretende-se analisar essas principais estratégias de condução da constituinte por meio dos militares, destacando-se, principalmente, o uso do medo como fator preponderante de atuação.

A Assembleia Nacional Constituinte

Convocada pela Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, a Assembleia Nacional Constituinte assumiu a missão de elaborar uma nova Constituição Federal para o Brasil, agora reinserido em um contexto de redemocratização depois de vinte e um anos de experiência autoritária durante a ditadura militar. Suas atividades tiveram início em 1º de fevereiro de 1987 e se encerraram em 22 de setembro de 1988, resultando na promulgação da Constituição em 5 de outubro desse mesmo ano.

O processo de trabalho foi dividido em algumas etapas. Nos meses de fevereiro e março de 1987, foi discutido e aprovado o Regimento Interno, documento que estabeleceu as regras e procedimentos para conduzir os trabalhos da Assembleia. Em seguida, os trabalhos ocorreriam atendendo à estrutura organizacional estabelecida por tal Regimento, que incluía oito Comissões Temáticas, cada uma com três subcomissões, totalizando vinte e quatro subcomissões; além da Comissão de Sistematização e do Plenário, cada qual com membros fixos e lideranças para presidir e relatar suas atividades.

A partir de abril, as subcomissões começaram a ser instaladas e receberam a tarefa de preparar os primeiros esboços do texto constitucional, com base em debates internos e audiências públicas que mobilizaram diversos setores da sociedade. Cada subcomissão era responsável por elaborar um relatório que seria encaminhado à Comissão Temática correspondente. Em seguida, as comissões consolidariam esses relatórios em



anteprojetos, os quais seriam remetidos à Comissão de Sistematização para análise, compatibilização e formulação de um projeto final a ser debatido no Plenário.

Os trabalhos da Comissão de Sistematização tiveram início em julho de 1987, mas a entrega do projeto ao Plenário ocorreu apenas em novembro, com atraso significativo em relação ao prazo estipulado. Essa demora gerou críticas, especialmente direcionadas ao deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), relator da comissão, e intensificou tensões internas na Assembleia.

Paralelamente a tudo isso, a Assembleia foi acompanhada por setores militares interessados em moldar a definição do papel das Forças Armadas e em assegurar privilégios herdados do regime autoritário. Esses grupos, por meio de pressões formais e informais, buscaram limitar mudanças que ameaçassem a manutenção da estrutura político-institucional que os favorecia. Sob o discurso de salvaguarda da democracia, justificaram suas ações como medidas necessárias para proteger o país em sua nova configuração democrática.

As estratégias de atuação dos militares para controlar a Constituinte

Antes mesmo da instalação da Assembleia Constituinte, os jornais já faziam circular notícias de como o medo seria um fio condutor da discussão sobre a nova ordem constitucional brasileira. Nesse momento, entretanto, o medo era apontado como elemento propulsor para que os civis tentassem limitar os poderes das Forças Armadas, como modo de barrar novas tentativas de golpe como a ocorrida em 1964.

Em junho de 1986, por exemplo, ao analisar os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais⁵¹, o Ministro da

⁵¹ Instituída pelo Presidente da República, José Sarney, através do Decreto n. 91.450, de 18 de julho de 1985, a Comissão, presidida pelo jurista Afonso Arinos, era constituída por cinquenta membros, das mais diversas áreas profissionais (dentre eles, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, o cientista político Bolívar Lamounier, o sociológico Gilberto Freyre, o escritor Jorge Amado, o jurista Miguel Reale, dentre outros). Coube à Comissão a tarefa de elaborar um anteprojeto de Constituição que seria o texto base de onde a futura Assembleia Nacional Constituinte começaria os seus trabalhos. Entretanto, apresentado ao Executivo em setembro de 1986, o anteprojeto não chegou a ser enviado para o Congresso por decisão do próprio José Sarney, por diversas razões (Cf. Barbosa, 2012; Comissão..., 2008).



Marinha, almirante Henrique Sabóia, expressou sua visão de que “a preocupação de evitar um novo golpe de Estado atrapalhou a elaboração do anteprojeto da Nova Constituição”. O jornal *O Estado de São Paulo* publica tal visão em matéria intitulada “Para militares, medo de golpe prejudica estudos”⁵², e esclarece que o principal ponto de discordância entre o texto do anteprojeto e os militares dizia respeito à missão constitucional das Forças Armadas e aos limites de sua atuação, que ficavam mais restringidos no anteprojeto.

Na mesma matéria, o almirante também já se pronuncia quanto ao *lobby* que os militares pareciam já estar fazendo àquele momento. Recusando o termo, que continha em si uma percepção pejorativa, o Ministro apenas evoca o direito de os militares expressarem a sua livre opinião sobre temas de sua alçada, como qualquer “cidadão”⁵³.

Entretanto, se nesse momento o *lobby* exercido pelos militares poderia ser ainda negado ou invisibilizado, sob a suposta alegação de apenas liberdade de expressar suas opiniões como cidadãos, quando da instalação da Constituinte, em fevereiro de 1987, o *lobby* restará muito mais estruturado e organizado, amplamente atuante e plenamente visível e dizível.

As pesquisas de Arthur Trindade Costa (1998) e Marcos Vinícius Assis da Costa (2021) demonstram como as Forças Armadas se prepararam para o momento constituinte, elaborando um trabalho de *lobbying* fundamental para persuadir e pressionar os constituintes em pautas que interessavam aos militares.

Elemento central desse trabalho de persuasão se encontrava no Gabinete do Ministro do Exército, o general Leônidas Pires Gonçalves. Desde 1985, quando assumiu o Ministério, Gonçalves ampliou a atuação da Assessoria Parlamentar (Asspar) do Gabinete do Exército, conferindo-lhe um papel estratégico no contexto decisório do governo em transição. Entre suas atribuições, destacava-se o acompanhamento das discussões no Congresso Nacional sobre temas de interesse das Forças Armadas, bem como a atuação ativa na tentativa de influenciar os parlamentares, a fim de aprovar

⁵² Para militares, medo de golpe prejudica estudos. **O Estado de São Paulo**. Seção Política, São Paulo, 17/06/1986. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/114882?show=full>>. Acesso em: 3 dez. 2024.

⁵³ Ibid.



propostas favoráveis à caserna e barrar iniciativas consideradas prejudiciais. Essas práticas, iniciadas durante a redemocratização, tornaram-se ainda mais intensas no período da Constituinte, dado o impacto que uma nova Constituição poderia ter ao transformar a estrutura que historicamente favorecia os militares.

Além da Assessoria Parlamentar, ligavam-se ainda ao Gabinete do Ministro do Exército três outros órgãos de extrema importância para os interesses militares: o Centro de Informações do Exército (CIE ou CIEEx), o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx) e a Consultoria Jurídica (CJ).

O CIE acompanhava as pautas políticas do congresso, identificando aliados e adversários para as prerrogativas corporativas. Os RPMs [Relatórios Periódicos Mensais] já retratavam a atenção militar no campo político em seção exclusiva para este tema, discorrendo, sobretudo, sobre qualquer movimentação política que ocorresse dentro do Congresso Nacional. A ANC foi uma constante ao longo do Momento Constituinte nos relatórios do CIE, tema presente, inclusive, antes da posse do ministro Leônidas Pires Gonçalves. Outro órgão de assessoria, o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx) foi responsável pelo trabalho de relações públicas entre o ministério, a caserna, a sociedade civil e a imprensa. Já a Consultoria Jurídica fornecia pareceres e estudos para fundamentar juridicamente a posição defendida pelo Exército (Costa, 2020, p. 13)

Para além dessa estrutura burocrática e administrativa utilizada pelas Forças Armadas no sentido de influenciarem o encaminhamento das questões concernentes aos seus interesses na Constituinte, a própria Assembleia possuía membros que estavam direta ou indiretamente ligados à caserna e faziam o suporte suficiente para dar voz à ideologia e aos interesses dos militares (por exemplo, Ricardo Fiuza, Ottomar Pinto, Jarbas Passarinho, Prisco Viana, dentre outros)⁵⁴.

Por outro lado, ao longo da Assembleia, os militares souberam também atuar no campo de batalhas das subjetividades, explorando em seu benefício próprio, consciente ou inconscientemente, os traumas de uma sociedade que vinha de mais de duas décadas de amordaçamento de liberdades e garantias fundamentais. Havendo menos de dois anos desde a saída do último presidente militar, obtida após anos de luta e

⁵⁴ Arruda, Pedro Fassoni. **As Forças Armadas e o Poder Constituinte**: a tutela militar no processo de transição política (1974-1988). São Paulo: EDUC, 2023.



resistência, a democracia no Brasil naquele ano de 1987 era ainda muito recente e sua existência parecia ainda muito frágil. Qualquer instabilidade ou tensão parecia às subjetividades sociais ser capaz de abalar tal estado de coisas e poderia ser responsável por um retorno ao estado anterior.

Os militares, apesar de terem saído da centralidade do poder em 1985, jamais deixaram o governo, constituindo-se ainda importante sustentáculo do governo civil de José Sarney. Além disso, por terem tentado se mostrar como sendo os principais condutores da transição, que supostamente vinha sendo feita desde o governo de Ernesto Geisel, na década de 1970, pareciam à sociedade ainda poder, se frontalmente atacados, voltar-se contra a transição e encerrar-se novamente numa ditadura ainda mais brutal que a anterior.

Faz-se necessário que compreendamos que aquele momento constituinte ocorreu ainda sob o assombro de possíveis ataques à democracia vindos das Forças Armadas, ou como instituição, ou através de grupos mais radicais, saudosos da ditadura, que já haviam atentado contra a abertura no passado – como na tentativa do “golpe dentro do golpe” promovida por Sylvio Frota em 1977⁵⁵ e o atentado à bomba no Riocentro, em 1981⁵⁶ –, e que permaneceriam tentando no presente.

É diante desse cenário que tanto as opiniões proferidas por alguns militares em lugares de poder, quanto a visibilização das tensões internas na caserna repercutem na imprensa e na constituinte de modo tão virulento, levando à intensificação do clima de instabilidade quanto à manutenção da democracia e à consolidação de uma sensação permanente de tensão e medo.

Entre o caos e a (des)ordem: Leônidas Pires Gonçalves

O general Leônidas Pires Gonçalves, Ministro do Exército no governo Sarney, é um elemento central quando analisamos a participação militar na condução da

⁵⁵ Gaspari, Élio. **A ditadura encurralada**. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2014.

⁵⁶ Gaspari, Élio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2016.



Constituinte. Ao mesmo tempo em que foi o principal responsável pela consolidação da estrutura administrativa do *lobby* militar, ampliando as funções da Assessoria Parlamentar vinculada ao seu Gabinete, foi o principal encarregado de tentar manter a coesão interna na caserna, contendo e punindo as forças radicais da linha dura e dos oficiais insubordinados, conforme veremos no próximo tópico.

Entretanto, Leônidas também foi o Ministro Militar que mais contribuiu com a manutenção da sensação subjetiva de insegurança e instabilidade democrática ao longo da Constituinte. Foram deles as principais críticas aos trabalhos da Assembleia e foram contra ele que os constituintes mais dirigiram denúncias de tentativa de desestabilizar a democracia e de instaurar um novo golpe militar.

Em 2 de julho de 1987, o colunista Hermano Alves, da *Tribuna da Imprensa*, publicou uma matéria intitulada “as pressões militares”, na qual discorria sobre como os ministros militares pressionavam a Assembleia Constituinte para que a nova Carta Magna mantivesse em seu texto a visão de Brasil que eles, corporativa e ideologicamente, possuíam, visão essa construída e ensinada pela Escola Superior de Guerra. Segundo o jornalista, se a ANC conduzisse os rumos do Brasil para distante do projeto de Nação pretendido pelas Forças, ela correria o risco de ser extinta.

Quando os ministros do Exército, da Marinha(sic) e da Aeronáutica reuniram-se na semana passada, em Brasília, com os chefes do EMFA [Estado Maior das Forças Armadas], do SNI [Serviço Nacional de Informações] e do Gabinete Militar da Presidência, ficou muito claro que eles enviaram um recado à Constituinte – o de que ela deve adaptar-se a sua concepção de Brasil, sob pena de ser dissolvida⁵⁷.

Poucas semanas depois, os periódicos voltaram a estampar o descontentamento dos militares para com os rumos da Constituinte. Em meio ao impacto causado pela elaboração do Projeto por Bernardo Cabral, que previa algumas mudanças radicais oriundas das fases das Comissões e Subcomissões, dentre elas, a adoção do parlamentarismo como regime de governo, em reunião ministerial ocorrida em 27 de

⁵⁷ Alves, Hermano. As pressões militares. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 11.638, 02/07/1987, p. 4.



agosto, onde se debateu o projeto apresentado, uma fala proferida pelo general Leônidas repercutiu muito na imprensa.

Em matéria intitulada “Constituinte irrita Exército”, o jornal *Correio Braziliense* reproduz a opinião proferida pelo ministro:

(...) a vontade política do Governo e da maioria do povo brasileiro não se faz sentir na elaboração dos anteprojetos da Constituinte que, nesta fase, está dominada por uma minoria ativa e radical, claramente contrária aos interesses do Brasil (...) que está redigindo um modelo de Constituição cheio de ressentimento, para não dizer outra palavra⁵⁸.

Na mesma página em que traz a fala polêmica do Ministro, o jornal publica outras duas matérias menores que trazem algumas repercussões imediatas de tal fala. Na primeira, há a interpretação de tal discurso, pela óptica de uma liderança do PMDB que não foi identificada nominalmente, afirmando que “as palavras em si não têm o menor veneno, agora, se imaginarmos que ali há sutilezas, e que atrás delas existem recados, aí o céu será o limite da imaginação”⁵⁹. De fato, na fala do general encontra-se implícita uma ideia central da ideologia professada no Exército de que este é um instrumento da Nação para fazer prevalecerem seus objetivos nacionais permanentes, e que qualquer desvirtuação aos valores mais fundamentais do povo poderiam ser militarmente reprimidos e afastados, conforme ensinava a Doutrina de Segurança Nacional elaborada e difundida pela Escola Superior de Guerra. Com isto, estava claro o recado de Leônidas, de que se a Assembleia não se voltasse à preservação dos valores “conservadores” da sociedade brasileira, as Forças Armadas poderiam agir⁶⁰.

Já na segunda matéria, informa-se que a pressão militar sobre o relator já o teria feito recuar quanto à pauta sobre a anistia aos militares que haviam sido expulsos das Forças e sobre a possibilidade de apreciação judicial dos atos cometidos pelo comando golpista durante a ditadura⁶¹.

⁵⁸ Constituinte irrita Exército. *Correio Braziliense*. Brasília, n. 8.904, 28/08/1987, p. 1 e 3.

⁵⁹ PMDB vê sutilezas no recado. *Correio Braziliense*. Brasília, n. 8.904, 28/08/1987, p. 3.

⁶⁰ Lentz, Rodrigo. **Pensamento político dos militares no Brasil: mudanças e permanências na doutrina da ESG (1974-2016)**. Tese de doutorado em Ciência Política. Brasília: UnB, 2021.

⁶¹ Pressão militar fez Cabral aliviar anistia. *Correio Braziliense*. Brasília, n. 8.904, 28/08/1987, p. 3.



Ao longo dos meses seguintes, a imprensa exploraria cada crítica que os ministros militares teciam contra a Constituinte, e não raramente a tais críticas sucediam-se matérias e entrevistas com políticos da época em que a possibilidade ou não de um novo golpe militar sempre era questionado, o que fazia com que tal assunto permanecesse constantemente circulando na sociedade como uma possibilidade real que, nem mesmo quando o próprio Leônidas descartou publicamente a chance de golpe, a imprensa tenha dado credibilidade a isso.

Maior exemplo dessa desconfiança quanto às intenções do general e das Forças Armadas se encontra na edição do *Tribuna da Imprensa*, de 30 de outubro de 1987, em uma matéria especial que cobre toda a página 7 do jornal, mas cuja chamada se encontra logo na primeira página com os seguintes dizeres: “O general Leônidas garante que não há golpe. E quem vai garantir o general Leônidas?”⁶².

O que mais chama atenção na matéria escrita por Hélio Fernandes não é a discussão conceitual que ele faz entre golpe, movimento, quartelada e revolução, nem os exemplos históricos que ele evoca para demonstrar como há diferentes usos de tais palavras, levando o leitor a perceber como a garantia proferida pelo Ministro do Exército não assegura de fato que não haverá atentado contra a nova ordem democrática estabelecida no Brasil. O que realmente mais chama a atenção do leitor é que a matéria é ilustrada com uma grande caricatura do general Leônidas Pires Gonçalves que, apesar de não possuir bigode na vida real, no jornal é retratado com um bigode de broxa, concentrado abaixo do nariz, e, presos ao seu uniforme militar, dois botons contendo a imagem da suástica nazista, fazendo clara alusão a Adolph Hitler⁶³. Com isso, cria-se uma vinculação muito direta entre as ações públicas do general brasileiro e o autoritarismo genocida do algoz do Holocausto.

Entretanto, por mais que Leônidas tenha sido representado, narrativa e imagetivamente, como um algoz autoritário ao projeto de constituição de um novo Estado

⁶² Fernandes, Hélio. O que é golpe, movimento, quartelada? E afinal o que vem a ser revolução? *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 11.741, 30/10/1987, p. 7.

⁶³ Ibid.



Democrático de Direito no Brasil, de dentro da própria caserna, e contrários aos comandos do general, passaram a emergir publicamente grupos ainda mais radicais, cujas ações extrapolariam a disciplina e os espaços dos quartéis e passaram a se manifestar no próprio espaço paisano, alimentando ainda mais o medo do retorno da ditadura, não mais apenas por palavras, mas por atos de violência.

Tensões na caserna: a explosão dos conflitos internos entre irmãos de fardas

O período em que ocorreu a Assembleia Nacional Constituinte foi marcado também por episódios de conflitos no interior da própria caserna que acabaram por alimentar um clima de tensão na sociedade brasileira, alimentando o temor de que a instabilidade envolvendo as Forças Armadas pudesse culminar em um novo golpe militar. Diversas manifestações de insatisfação de alguns setores militares, especialmente aqueles mais ligados à chamada “linha dura”, trouxeram à tona o descontentamento com o governo e com o tratamento que era dispensado às Forças Armadas no novo momento democrático, com a política econômica e com o que era percebido como “desvios esquerdistas” na condução do novo Brasil, em especial, na formulação do novo texto constitucional.

Dois eventos significativos ocorreriam em outubro de 1987: de um lado, o levante de Apucarana; de outro, a revelação do plano “Beco sem saída”.

O levante de Apucarana foi um episódio de insubordinação militar ocorrido no município de Apucarana, Paraná, em 22 de outubro de 1987. O evento foi liderado por Luiz Walter de Almeida, um militar que ocupou a prefeitura da cidade como forma de protesto. Embora pequeno em escala, esse episódio reforçou a ideia de que alguns setores militares estavam dispostos a adotar ações radicais para demonstrar a sua insatisfação.



Já com o plano “Beco sem saída”, dois capitães do exército planejaram detonar bombas em unidades militares no Rio de Janeiro, como modo de demonstrar a insatisfação contra os “baixos salários” recebidos pelos militares e colocar em xeque a autoridade do general Leônidas Pires Gonçalves no controle da caserna. Tal intuito foi revelado por um dos conspiradores em entrevista exclusiva à jornalista da revista Veja, Cássia Maria Rodrigues, que, confiando na confidencialidade da conversa, detalhou o esquema e chegou a entregar à repórter um desenho feito a mão, indicando um dos alvos pretendidos. Dada a gravidade das informações, a Veja decidiu divulgar a matéria e identificar os conspiradores como o capitão Fábio Passos da Silva, apelidado de “Xerife”, e o capitão Jair Messias Bolsonaro, conhecido como “Cavalão” – sendo este último a fonte da revelação. Ambos passariam daí por diante a enfrentar os tribunais militares e uma possível expulsão da Força⁶⁴.

Ainda em 1987, novos desdobramentos contribuíram para o acirramento das tensões dentro da caserna. A condenação de Luiz Walter de Almeida, do levante de Apucarana, a três anos de prisão, juntamente com sua expulsão do Exército, gerou reações negativas dentro da corporação. Ao mesmo tempo, o indiciamento do general da reserva Newton Cruz pelo assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten, ocorrido em 1982, trouxe à tona acusações de corrupção e abusos de poder no Serviço Nacional de Informações (SNI), sob o comando de Cruz à época. Newton Cruz, por sua vez, um dos militares mais respeitados pela ala mais radical do exército, vinha ostensivamente atuando como mediador tanto em prol de Almeida, quanto dos conspiradores Silva e Bolsonaro, o que fez com que o seu indiciamento acirrasse ainda mais os ânimos nos grupos militares descontentes. Esses acontecimentos fragilizaram ainda mais a imagem das Forças Armadas e aumentaram o temor de que sua insatisfação se traduzisse em um rompimento institucional.

⁶⁴ Condenados em janeiro de 1988 pelo Conselho de Justificação que apreciou a denúncia, os dois capitães, entretanto, com o apoio expresso do general da reserva Newton Cruz, acabariam absolvidos em junho de 1988 no Superior Tribunal Militar num processo minimamente constrangedor (Carvalho, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão**: a vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo: Todavia, 2019).



Na medida em que as punições começaram a ser aplicadas, intensificou-se a reação interna. Ao insubordinar-se solidarizando-se publicamente com o responsável pelo levante de Apucarana, o coronel Arthur Torres de Melo também foi punido, e isso levou a uma pública, contundente e feroz manifestação de seu irmão, o general de Divisão Francisco Batista Torres de Melo, publicada no *Diário de Pernambuco*, em 30 de janeiro de 1988⁶⁵. Segundo ele, o Brasil estaria sendo conduzido “pela incompetência” a uma revolução social em razão da “marcha da insensatez” que vinha progressivamente se estabelecendo que levariam à subversão, à instabilidade e à própria derrocada da sociedade.

Parece que estamos vivendo os tempos de Maria Antonieta (circo e pão) ou de Rasputim (bacanais). Será que não estou ouvindo o rufar dos tambores e das guilhotinas da Revolução Francesa e as forças e a fome da Revolução Russa? Chega: a lama já tem uma camada profunda de miséria moral. Meu Deus, quanta ignorância, quanta insensatez no meu País, quanta falta de homens.⁶⁶

O manifesto de Torres de Melo foi interpretado como um chamado velado à desobediência militar, gerando tensão quanto a eventuais ações perpetradas pelos militares em resposta a esse chamamento.

Poucos dias depois do manifesto, em 2 de fevereiro de 1988, a edição do *Correio Braziliense* destacava, sob o título “Militares armam novos protestos”⁶⁷, que o ambiente político estava carregado de atritos envolvendo questões como os soldos e as mudanças promovidas pela redemocratização. Segundo o jornal, episódios anteriores já haviam intensificado essa tensão, dando-se destaque à manifestação de 25 de junho de 1987, na qual militares da ativa participaram de atos hostis contra o presidente José Sarney no evento que ficou conhecido como “Picaretaço do Paço Imperial”⁶⁸.

⁶⁵ General: Brasil caminha para revolução social. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 163, n. 29, 30/01/1988, p. A1, A4.

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ Militares armam novos protestos. **Correio Braziliense**. Brasília, ed. 9.059, p. 1.

⁶⁸ Scartezini, A. C. Prevista nova manifestação de militares. **Correio Braziliense**. Brasília, ed. 9059, 02/02/1988, p. 6; Picaretaço ataca no Paço Imperial. **Memorial da Democracia** [online]. Disponível em: <<https://memorialdademocracia.com.br/card/picaretaco-ataca-no-paco-imperial>>. Acesso em: 4 dez. 2024.



O clima de tensão instalado já no início de 1988 intensificou os rumores de que as Forças Armadas poderiam intervir no processo político, semelhante ao ocorrido em 1964. Esse receio foi expresso publicamente pelo governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que afirmou que o cenário era “mais grave do que 1964”, sendo, entretanto, contestado por outras lideranças como o vice-governador Carlos Wilson, que tentou minimizar a possibilidade de um golpe e destacou que, apesar das tensões e do “clima altamente propício para a atuação de forças interessadas em tumultuar o processo de transição democrática”, o contexto democrático já havia avançado em relação ao período do regime militar e qualquer nova tentativa golpista seria “imediatamente repelida pela sociedade”⁶⁹.

Conclusão

Por meio da presente pesquisa nas fontes citadas entre os anos de 1987 e 1988, período em que funcionou a Assembleia Nacional Constituinte, torna-se perceptível como os militares, especialmente representados pelos três ministérios das Forças, especialmente pelo do Exército, tentaram conduzir o processo constituinte de modo a que a nova ordem constitucional preservasse ileso alguns de seus interesses. Para isso, souberam elaborar várias estratégias de atuação diante dos constituintes, tanto as mais corriqueiras, como a cooptação de constituintes por meio do “mais eficiente *lobby*” da Assembleia⁷⁰, quanto por meios menos confessados, mecanismos mais subjetivos, lidando com o temor social e institucional de uma nova derrocada da democracia e o retorno aos anos de chumbo.

Os episódios aqui trabalhados, apenas alguns dentre vários outros que ficaram de fora, ilustram como as ações e reações internas das Forças Armadas durante a Constituinte contribuíram para a construção de um ambiente de apreensão generalizada na sociedade brasileira. As memórias do autoritarismo do regime iniciado no golpe de

⁶⁹ Wilson não crê em golpe. **Correio Braziliense**. Brasília, ed. 9059, 02/02/1988, p. 6.

⁷⁰ Santos, Everton Rodrigo. **Poder e dominação no Brasil: a Escola Superior de Guerra (1974-1989)**. Porto Alegre: Sulina, 2010.



1964, somadas aos sinais de instabilidade interna do Exército, evidenciando o clima de insatisfação de parte das Forças, contrária aos novos rumos do Estado brasileiro, e à incapacidade de manutenção da coesão por parte do general Leônidas Pires Gonçalves, reforçaram o medo de que o país pudesse novamente ser tomado por forças autoritárias e viesse a ser instalado um novo regime de medo e perseguição tão duramente abolido há não mais do que apenas três anos.

Tais elementos, portanto, contribuíram para que a questão militar se tornasse uma temática extremamente espinhosa ao longo da Constituinte, e que acordos fossem firmados especialmente nos bastidores para que não se corresse o risco de uma nova investida autoritária que fechasse novamente o Parlamento, colocasse os tanques nas ruas e restaurasse o regime de terror vivido por duas décadas. Assim, o medo da perda das liberdades civis consistiu em mais uma estratégia utilizada pelas Forças Armadas para fazerem com que os constituintes aceitassem a manutenção dos privilégios militares na nova ordem constitucional brasileira, resultando na Constituição que, apesar “cidadã”, continha em si vários elementos persistentes da ordem autoritária.

Referências

Arruda, Pedro Fassoni. **As Forças Armadas e o Poder Constituinte**: a tutela militar no processo de transição política (1974-1988). São Paulo: EDUC, 2023.

Barbosa, Leonardo Augusto de Andrade. **História Constitucional Brasileira**: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012 [Série Colóquios de Excelência].

Carvalho, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão**: a vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo: Todavia, 2019.

Comissão Afonso Arinos elaborou anteprojeto de Constituição. **Portal do Senado Federal** – Senado Notícias [online]. Brasília, 01/20/2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/10/01/comissao-afonso-arinos-elaborou-anteprojeto-de-constituicao>>. Acesso em: 30 nov. 2024.



Costa, Marcos Vinícius Assis da. A Espada de Leviatã: o papel militar ao longo do Momento Constituinte 1985-88. In: **Anais do XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1596639193_ARQUIVO_4828bf70f28922a29dfe47787f27cd7e.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

Costa, Marcus Vinícius Assis da. **A espada de Leviatã e a Assembleia Nacional Constituinte:** o papel político militar em perspectiva (1985-1988). Dissertação de mestrado em História. São Paulo: USP, 2021.

Gaspari, Élio. **A ditadura acabada.** Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2016.

Gaspari, Élio. **A ditadura encurralada.** 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2014.

Lentz, Rodrigo. **Pensamento político dos militares no Brasil:** mudanças e permanências na doutrina da ESG (1974-2016). Tese de doutorado em Ciência Política. Brasília: UnB, 2021.

Santos, Everton Rodrigo. **Poder e dominação no Brasil:** a Escola Superior de Guerra (1974-1989). Porto Alegre: Sulina, 2010.